

CADERNO DE ENCARGOS

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente Caderno de Encargos tem por objeto principal a **aquisição de um circuito para acesso à Internet e sistema wireless para Interligação dos Edifícios Municipais.**

Cláusula 2.ª

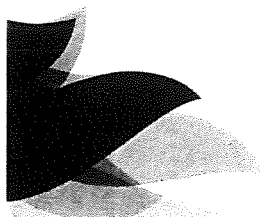
Contrato

1. O contrato a estabelecer no seguimento do presente procedimento concursal, não carece de ser reduzido a escrito, nos termos do Artigo 95º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, integrando os seguintes elementos:
 - a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceite pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem constante no ponto anterior.

Cláusula 3.ª

Prazo

O contrato mantém-se em vigor durante 36 meses contados a partir da data de implementação dos serviços ao Município de Vila de Rei em conformidade com os termos e condições e com o disposto na Lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.





VILA DE REI

município

Cláusula 4.ª

Obrigações principais do fornecedor

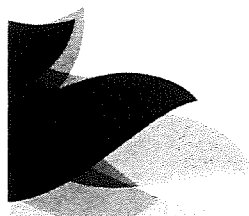
Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de entrega dos equipamentos identificados na sua proposta;
- b) Obrigação de garantia dos bens;
- c) Obrigação de garantia de apoio técnico especializado;
- d) Garantir circuito simétrico de 100Mbps para acesso à internet;
- e) Garantia mínima de 100Mbps da Largura de banda nos circuitos de interligação dos edifícios municipais;
- f) Latência inferior a 3ms;

Cláusula 5.ª

Conformidade e operacionalidade do bem

- 1. O fornecedor obriga-se a entregar ao Município de Vila de Rei o bem objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos nas especificações técnicas, anexas ao presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.
- 2. O bem objeto do contrato deve ser entregue em perfeitas condições de ser utilizado para os fins a que se destina e dotado de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.
- 3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda do bem de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade do bem.
- 4. O fornecedor é responsável, perante o Município de Vila de Rei, por qualquer defeito ou discrepância do bem objeto do contrato que existam no momento em que o bem lhe seja entregue.



Entrega dos bens objeto do contrato

Os bens objeto do contrato devem ser entregues no Município de Vila de Rei, no prazo máximo de **100 dias** a contar da data da receção da requisição externa de despesa.

Cláusula 7.ª

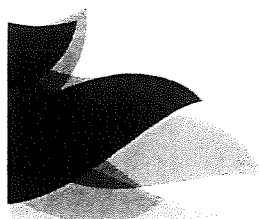
Objeto do dever de sigilo

1. O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Vila de Rei, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 8.ª

Prazo do dever de sigilo

O fornecedor deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.





VILA DE REI

município

Cláusula 9.ª

Preço contratual

1. Pelo fornecimento objeto do contrato bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Vila de Rei deverá pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O Preço referido no número anterior não pode, **em qualquer caso ser superior a 74.950,00€ (valor sem revisão de preços e sem IVA)**
3. Critério de adjudicação: Preço mais baixo.

Cláusula 10.ª

Condições de pagamento

1. A quantia devida pelo Município de Vila de Rei, nos termos da cláusula anterior, deve ser paga no prazo máximo de 60 dias após a receção pelo Município de Vila de Rei das respetivas faturas mensais, as quais só poderão ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Em caso de discordância por parte do Município de Vila de Rei, quanto ao valor indicado na fatura, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
3. Desde que devidamente emitida e observado o disposto no n.º 1, a fatura será paga através de cheque, emitido à ordem do fornecedor e enviado para a morada constante na fatura, ou por transferência bancária.

Cláusula 11.ª

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Vila de Rei pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos bens objeto do contrato, 1% do valor total dos bens em falta, por dia;

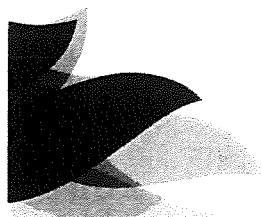


- b) Pelo incumprimento das obrigações principais do fornecedor, como explicito na cláusula 4ª do presente caderno de encargos, a redução de 25% no valor da prestação mensal correspondente;
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, o Município de Vila de Rei pode exigir-lhe uma pena pecuniária até ao valor total dos bens a cujo incumprimento respeita.
 3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução.
 4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Vila de Rei tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.
 5. O Município de Vila de Rei pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
 6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Vila de Rei exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 12.ª

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, chuva, ventos fortes, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios





VILA DE REI

município

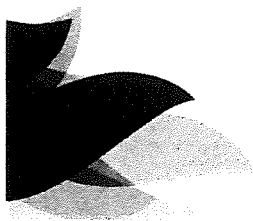
internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 13.ª

Resolução por parte do Município de Vila de Rei

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Vila de Rei pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:



MUNICÍPIO DE VILA DE REI
Praça Família Martim de Silva Neves
5020-074 Vila de Rei
Contacto: 274 274 274
T: +351 274 390 000
F: +351 274 390 008
geral@cm-viladerei.pt
www.cm-viladerei.pt

Página 20 de 20





VILA DE REI

município

10

- a) Atraso, total ou parcial, na entrega do equipamento objeto do contrato superior a um mês ou declaração escrita do fornecedor de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo;
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município de Vila de Rei.

Cláusula 14.ª

Resolução por parte do fornecedor

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando:
 - a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;
2. O direito de resolução é exercido por via judicial.
3. Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Vila de Rei, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição dos fornecimentos já realizados pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 15.ª

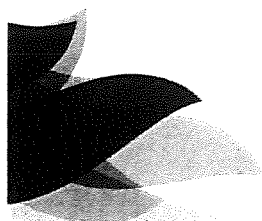
Garantia

O adjudicatário deve assegurar que o fabricante se compromete a garantir pelo período mínimo de 3 (três) anos a disponibilização de qualquer peça que permita a substituição/reparação dos bens propostos.

Cláusula 16.ª

MUNICÍPIO DE VILA DE REI
Praça Fátima Matias e Silva Neves
8000-074 Vila de Rei
Telf: 274 820 074
Fax: 274 820 000
E-mail: geral@cm-viladerei.pt
www.cm-viladerei.pt

Assinado eletronicamente





VILA DE REI

município

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Castelo Branco, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 17.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 18.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 19.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 20.ª

Legislação aplicável

Em tudo quanto for omissa no presente Caderno de Encargos, observar-se-á o disposto no C.C.P. (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro), e restante legislação aplicável.



MUNICÍPIO DE VILA DE REI
Praça Fumim Murtinho Silva Neves
5200-174 Vila de Rei
Cont: 506 334 273
T: +351 274 390 000
F: +351 274 390 018
geral@cm-viladerei.pt
www.cm-viladerei.pt

Pág. 13 de 14





VILA DE REI

município

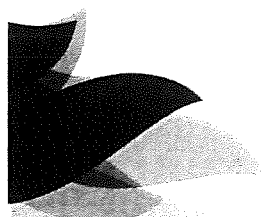
ANEXO – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E DO SERVIÇO

Os bens a adquirir no âmbito do presente ajuste direto contempla o fornecimento de um circuito para acesso à Internet e sistema wireless para Interligação dos Edifícios Municipais

Deverão ser incluídas na proposta, os valores para utilização das funcionalidades inscritas no presente caderno de encargos para o período de 3 anos.

Funcionalidades obrigatórias:

- Ligações:
 - Circuito Fibra Ótica para acesso Internet
 - Entre Castelo e a Câmara Municipal
 - Entre Castelo e o Estaleiro Municipal
 - Entre Castelo e a Residência de Estudantes
 - Entre Castelo e o Museu Fogo e Resina
 - Entre Biblioteca e o Museu Municipal
 - Entre Biblioteca e os Bombeiros
 - Entre Bombeiros e a Creche
 - Entre Bombeiros e o Jardim de Infância
 - Entre Bombeiros e as Piscinas
 - Entre Bombeiros e a Escola Fixa de Trânsito
 - Entre Bombeiros e a Escola
 - Entre Biblioteca e o Picoto
 - Entre Picoto e Museu da Geodesia
- Desempenho:
 - Largura de banda mínima entre links wireless no mínimo de 100Mbps tráfego IP agregado
 - Latência inferior a 3ms por cada link wireless
 - Circuito dedicado sobre tecnologia de fibra ótica, garantindo no mínimo uma largura de banda de 100Mb simétrica sem qualquer taxa de contenção
- Suporte Técnico Circuito de fibra ótica para acesso internet:



MUNICÍPIO DE VILA DE REI
Praça Família Matos, 10 - Vila Nova
8100-174 Vila de Rei
Com: 516 314 271
T: 351 274 590 220
F: 351 274 590 213
geral@cm-viladereis.pt
www.cm-viladereis.pt

Página 11 de 17





VILA DE REI

município

- Apoio técnico 24x7
- Disponibilidade anual mínima de 99,9%
- Tempo de reposição do serviço em caso de avaria: 4 horas úteis

- Contrato manutenção links wireless
 - Suporte 8h dia, 5 dias por semana

Os equipamentos terão uma garantia de 3 anos, nos termos descritos nas cláusulas técnicas do presente caderno de encargos, contados da data de aceitação.

Deverão ser apresentados os valores para uma extensão de garantia de tipo 24x7, em que o fornecedor compromete-se a substituir de imediato o equipamento caso este avarie.

Deverão ser apresentados os valores estimados de manutenção e de assinaturas das funcionalidades contratadas, para os três anos seguintes ao primeiro ano.

Nota:

O orçamento deverá apresentar todas as características referenciadas, ou caso não seja possível, equivalente ou superior.

